

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : Jornal da Tarde

CLASS. : 335

DATA : 03 09 87

PG. : _____

DESTAQUE
POLÍTICO

"Se o governo vier com o presidencialismo puro, não vai passar."

Deputado **Bernardo Cabral**, relator da Comissão de Sistematização da Constituinte.

O deputado José Dutra (PMDB-AM) apresentou ontem, no plenário da Constituinte, dois documentos que, segundo ele, comprovam as denúncias do jornal **O Estado de S. Paulo** de que organismos da Igreja católica estão efetivamente atuando na Amazônia com o objetivo de desestabilizar as populações indígenas entre si e em relação ao País. Os documentos são duas cartas enviadas pela Coordenadoria Ecumênica de Serviço — Cese, de Salvador, a Manoel Fernandes Moura, "que se diz assessor da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, em Manaus".

Índios: essas cartas confirmam as denúncias.

Segundo o deputado, em uma das cartas, datada de 10 de julho deste ano, "assinada por Omar da Rocha Júnior, na condição de assessor da Cese, essa entidade comunica que aprovou o miniprojeto de emergência enviado em nome da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, num total de Cz\$ 126.336,00, além de assinalar que a ajuda se destinava à consolidação dessa federação na sua ação de "... conscientização dos índios quanto aos males da Caxilha Norte e das mineradoras' brasileiras".

"Agindo, portanto — prosseguiu — rigorosamente de acordo com as denúncias formuladas pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, a Cese, ainda nessa mesma carta, enfatiza que encaminhou, através do Cimi, a importância prometida."

Na segunda carta, de 23 de julho deste ano, a Cese, ainda conforme o deputado José Dutra, dá notícia do envio dos Cz\$ 126.336,00 por meio do Bradesco S.A. e através do Conselho Indigenista Missionário Norte-I. "Além de sublinhar, de igual modo, a necessidade do relatório de atividades e a devida prestação de contas, sem esquecer, entretanto, que 'no envio da prestação de contas à Cese, faça um breve histórico dos pagamentos e evite anexar comprovantes' (recibos, notas fiscais, etc.)". "Não bastasse isso — acrescentou o deputado — para demonstrar e provar a sua ação sorrateira, feita em conjunto com o Cimi, a Cese assevera ainda que os comprovantes de pagamento 'devem continuar sendo parte do seu arquivo e registro na sua contabilidade à disposição dos órgãos diretivos da entidade ou das instituições financiadoras do trabalho, quando convier'."

"O Cimi, agora, de maneira provada, com recibo e tudo — concluiu o deputado — procura utilizar os índios do meu Estado como instrumento para lançá-los contra um projeto da mais absoluta importância para a Amazônia e para o nosso país, como é o projeto Calha Norte."

Por sua vez, a deputada Raquel Cândido (PFL-RO) acusou "conhecidos testas-de-ferro de grupos econômicos multinacionais" que, em "manobra esperta mas não necessariamente inteligente", conseguiram "confundir **O Estado de S. Paulo** e **O Globo**". Ela também fez acusações ao Ibraím — Instituto Brasileiro de Mineração. Para a deputada, o Cimi foi usado como bode expiatório. Mas ela admitiu que "ainda não é possível" acusar **O Estado** de "cumplicidade".

O presidente da OAB, Márcio Thomaz Bastos, contratado pela CNBB para defender a entidade e o Cimi das acusações de **O Estado**, disse em Porto Nacional, Norte de Goiás, que já examinou os documentos divulgados pelo jornal e sua primeira impressão é de que "não têm a validade e a força que foi dada na matéria". Bastos acentuou, inclusive, que chega a "duvidar da autenticidade de alguns", destacando a ata da reunião do Cimi e a carta que teria sido escrita pelo secretário do Cimi, Antônio Brandt. Hoje, Márcio Thomaz Bastos e o advogado Sérgio Bemudez, que também atuará no caso, se reunirão em Brasília com a CNBB para decidir se exigem direito de resposta com base na Lei de Imprensa e se pedem apuração policial da falsidade dos documentos.